

Brasília, 23 de fevereiro de 2026

Seleção

Sumário

Blog Lorena Bueri

Sábado, 21 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Brasil e Índia assinam acordo sobre terras raras e oito atos bilaterais	3
--	----------

Metrópoles Online

Sábado, 21 de fevereiro de 2026 | Patentes

Farmacêutica esclarece situação da patente da Polilaminina	5
---	----------

Sábado, 21 de fevereiro de 2026 | Pirataria

Fiesp e Firjan temem investigações comerciais dos EUA contra o Brasil	7
--	----------

Economia & Negócios - Estadão

Sábado, 21 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

Governo brasileiro vai insistir no diálogo com os EUA após Trump anunciar tarifa de... ..	8
--	----------

Consultor Jurídico

Sábado, 21 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

O caso Mounjaro e o interesse público	10
--	-----------

Brasil e Índia assinam acordo sobre terras raras e oito atos bilaterais



Países assinam oito atos que abrangem mineração, tecnologia e defesa; acordo estabelece nova meta comercial de 20 bilhões de dólares

Notícias

Brasil e Índia assinam acordo sobre terras raras e oito atos bilaterais

Países assinam oito atos que abrangem mineração, tecnologia e defesa; acordo estabelece nova meta comercial de 20 bilhões de dólares

Por Elane Costa

21 fev, 2026

Lula e Narendra Modi fecham acordos entre Brasil e Índia | reprodução/Bloomberg/ Embed

Neste sábado (21), Brasil e Índia assinaram um acordo sobre minerais críticos e terras raras. A assinatura do acordo foi anunciada em um discurso conjunto entre o presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) e o primeiro-ministro indiano Narendra Modi.

Lula chegou à capital indiana, Nova Délhi, na quarta-feira (18), onde participou de uma cúpula global sobre inteligência artificial. Além do acordo referente às terras raras, os dois líderes também discutiram a expansão das trocas comerciais entre os países, que em 2025 ultrapassou US\$ 15 bilhões.

Reunião de superlativos

Durante a declaração conjunta dos dois líderes de estado, Lula afirmou que o encontro foi uma "reunião de superlativos". Lula exaltou também que Brasil e Índia não são apenas as duas maiores de-

mocracias do Sul Global, este encontro é "o encontro da farmácia do mundo com o celeiro do mundo. De uma superpotência digital com uma superpotência da energia renovável. Somos ambos países megadiversos e polos da indústria cultural. Somos ambos defensores do multilateralismo e da paz".

Embed from

Lula discursa após reunião com primeiro-ministro indiano (Foto: reprodução/Bloomberg/ Embed)

O acordo entre Índia e Brasil sobre os minerais críticos e as terras raras tem como principal objetivo ampliar a cooperação em minerais de valor estratégico para a produção de tecnologias com painéis solares, veículos elétricos, smartphones, motores de jato e mísseis teleguiados.

Fluxo bilateral

Ao todo, no acordo, foram assinados oito atos:

Declaração Conjunta sobre Parceria Digital para o Futuro.

Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas do Governo da República da Índia e o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil sobre Cooperação no Campo de Elementos de Terras Raras e Minerais Críticos

Acordo de Cooperação Bilateral entre o Conselho de Pesquisa Científica e Industrial da Índia e o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial** do Brasil para Acesso à Biblioteca Digital de Conhecimento Tradicional

Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Organização Central de Controle de Padrões de Medicamentos, Diretoria-Geral de Serviços de Saúde, Ministério da Saúde e Bem-Estar Familiar, Governo da Índia

Memorando de Entendimento para Cooperação no Setor Postal entre o Ministério das Comunicações do Brasil e o Departamento de Correios, Ministério das Comunicações, Governo da República da Índia

Memorando de Entendimento entre o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte da República Federativa do Brasil e o Ministério das Micro, Pequenas e Médias Empresas da República da Índia sobre Cooperação no Campo das Micro, Pequenas e Médias Empresas

Memorando de Entendimento entre o Ministério do Aço do Governo da República da Índia e o Ministério das Minas e Energia da República Federativa do Brasil no Campo da Mineração para a Cadeia de Suprimentos do Aço

Memorando de Entendimento sobre o Uso de Certificados Eletrônicos de Origem entre o Brasil e a República da Índia.

Além dos oito atos assinados, houve também uma reestruturação das relações bilaterais entre países, que estabeleceu cinco eixos:

Defesa e segurança;

Segurança alimentar e nutricional;

Transição energética e mudança do clima;

Transformação digital e tecnologia emergente;

Parcerias industriais em áreas estratégicas;

Segundo o presidente brasileiro, a assinatura dos atos e a reestruturação das relações bilaterais entre

nações dão "concretude" à cooperação entre os dois países e reforçam os esforços para os países alcançarem a meta de elevar o comércio entre Brasil e Índia a US\$ 20 bilhões.

Embed from

Lula também se reuniu com o presidente francês Emmanuel Macron (Foto: reprodução/LUDOVIC MARIN/ Embed)

Além dos acordos feitos entre Brasil e Índia, o presidente Lula reuniu-se com Emmanuel Macron, líder francês, para discutir a etapa final da tramitação do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia.

#Brasil #Emmanuel Macron #Índia #Lula #Narendra Modi

Farmacêutica esclarece situação da patente da Polilaminina



A farmacêutica Cristália, responsável pela produção da polilaminina, divulgou uma nota de esclarecimento sobre a situação da **patente** da substância após declarações da pesquisadora Tatiana Sampaio de que o Brasil perdeu a proteção internacional da tecnologia por cortes no financiamento de estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

No comunicado divulgado nessa quinta-feira (19/2), o laboratório informou que solicitou, em 2022, a patente nacional e em 2023, a internacional do processo de extração, purificação e polimerização da polilaminina, atualmente em testes clínicos Fase 1. As patentes em questão têm validade de 20 anos, vencendo apenas em 2042 e 2043, respectivamente.

"Trata-se de um processo complexo, que demanda alta tecnologia e que foi desenvolvido com exclusividade pelo centro de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação do laboratório Cristália. Além disso, a substância que está sendo utilizada nos testes clínicos é produzida em uma de nossas plantas de biotecnologia de última geração", afirma a farmacêutica.

A empresa sustenta que os direitos de **propriedade intelectual** seguem válidos e que não houve perda da **patente** relacionada a esses pedidos. "Como todas as **patentes**, as relativas ao processo de extração, purificação e polimerização da polilaminina

têm validade de 20 anos, vencendo em 2042 a **patente** nacional e em 2043 a internacional", continua.

Tratamento para lesão medular

A polilaminina é uma substância desenvolvida a partir da proteína laminina e vem sendo estudada como alternativa para auxiliar na recuperação de lesões na medula espinhal. Apesar da repercussão recente, ela ainda está em fase de pesquisa clínica e não é um medicamento aprovado para venda.

A discussão ganhou força após a pesquisadora Tatiana Sampaio, responsável pelo desenvolvimento inicial da tecnologia, afirmar que o pedido de **patente** feito em 2007 teria perdido validade internacional por falta de pagamento de taxas no exterior, em um período de restrição orçamentária.

Segundo a pesquisadora, a patente só foi concedida em 2025, 18 anos depois do pedido. Ainda assim, ela deve expirar em 2027, 20 anos após o pedido, o que deixaria pouco tempo de vigência no Brasil e nenhuma proteção fora do país. Diante da repercussão, o laboratório decidiu se posicionar oficialmente.

A divergência pode estar relacionada a pedidos distintos de patente. O registro mencionado pela pesquisadora estaria ligado ao pedido original feito no início da pesquisa acadêmica. Já o laboratório cita pedidos mais recentes, associados ao desenvolvimento tecnológico posterior. Ou seja, não necessariamente se trata do mesmo depósito de patente.

O que isso muda na prática

A disputa sobre a titularidade ou vigência de registros não altera o estágio atual da substância. A polilaminina permanece em fase 1 de estudo clínico autorizado pela **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)**, etapa voltada principalmente à avaliação de segurança.

A substância não está disponível para comercialização e seu uso fora dos estudos ocorre apenas mediante autorização específica. O tema envolve etapas diferentes da pesquisa e registros distintos, o que

explica a existência de versões divergentes. A definição sobre o alcance de cada **patente** será determinante para o futuro comercial da tecnologia.

Fiesp e Firjan temem investigações comerciais dos EUA contra o Brasil



A indústria brasileira está preocupada com os desdobramentos das investigações sobre práticas comerciais do Brasil, cuja continuidade foi ordenada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na noite de sexta-feira (20/2). Na ocasião, o republicano anunciou tarifas globais de 10%. Neste sábado (21/2), ele afirmou que aumentará a sobretaxa para 15%.

Em nota, tanto a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) como a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) destacaram a importância das investigações, dentro do rol de medidas anunciadas por Trump nos últimos dois dias.

"O Brasil é um dos poucos países do mundo que já estão sob investigação desde julho de 2025", diz o comunicado da Fiesp. "Com isso, os produtos brasileiros poderão ser atingidos por novas sobretaxas muito antes de nossos concorrentes internacionais, cujos processos de investigação se iniciarão a partir dos anúncios de sexta-feira."

A nota da Firjan destaca a importância de uma análise detalhada sobre os prazos para a retirada das tarifas de 40% e 10% sobre produtos brasileiros e a substituição pela nova tarifa global, que na véspera havia sido fixada em 10%, mas, neste sábado, passou para 15%. "Também seguem como ponto de atenção as possíveis investigações anunciadas", acrescenta o texto.

Seção 301

A investigação contra o Brasil, que também têm como alvo a China, ocorre no âmbito da Seção 301, da Lei Comercial de 1974, que apura supostas práticas desleais de comércio. Na análise são observadas questões como desmatamento ilegal, **propriedade intelectual, pirataria**, corrupção e o Pix. Ela pode resultar na aplicação de novas tarifas contra produtos brasileiros.

A continuidade das investigações comerciais foi mencionada na sexta-feira pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), depois que a Suprema Corte americana decidiu barrar as tarifas de Trump.

Governo brasileiro vai insistir no diálogo com os EUA após Trump anunciar tarifa de 15%



Confira o resumo que a LE.IA, a IA do Estadão, fez pra você

Gerando resumo

Integrantes do governo brasileiro acreditam que ainda é muito cedo para fazer um prognóstico concreto sobre as mais recentes decisões do governo dos Estados Unidos sobre tarifas de importação. No entanto, ressaltam que a estratégia seguirá pelo caminho do diálogo entre os dois países.

O presidente norte-americano, Donald Trump, disse neste sábado, 21, que aumentará as tarifas globais de 10% para 15% com efeito imediato, após o revés imposto na sexta-feira pela Suprema Corte.

Na mesmo dia em que a mais alta instância da Justiça dos EUA derrubou o tarifaço imposto pelo presidente dos EUA, Trump publicou uma ordem executiva instituindo uma tarifa global de 10% por 150 dias. Neste sábado, o presidente anunciou em sua rede social que aumentará o percentual para 15%.

Na ordem executiva publicada na sexta, o presidente norte-americano também anunciou que seu governo seguirá com as investigações lideradas pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) por supostas práticas abusivas. O Brasil é um dos países investigados.

Governo brasileiro vai insistir no diálogo

O resultado da balança comercial entre os dois países continua sendo citado nos bastidores do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). É um dos principais motivos usados pelas autoridades brasi-

leiras para mostrar que o tarifaço contra o Brasil é injustificado desde o início.

O anúncio de Trump foi feito enquanto boa parte da equipe do presidente Lula encontra-se em viagem oficial à Índia e à Coreia do Sul. Fontes ouvidas pela reportagem do Broadcast dizem que ainda é cedo para ter um retrato mais preciso do que essa ordem executiva significa, na prática, para o Brasil.

Ressaltam, no entanto, que o governo brasileiro insistirá no diálogo nas próximas semanas. Lula e Trump devem se reunir nos Estados Unidos em março.

Outro ponto lembrado por fontes do governo brasileiro, ouvidas sob reserva, é o mantra usado desde que Trump anunciou o tarifaço: o Brasil é um dos poucos países com quem os Estados Unidos têm superávit na balança comercial.

Apesar de não ser uma garantia de sucesso no confronto das argumentações entre os dois países, esse fato é sempre rememorado como um argumento contra as tarifas e as investigações em curso.

Até Pix e 25 de Março viraram alvo de investigação dos EUA

A investigação aberta pelos Estados Unidos contra o Brasil envolve, por exemplo, o Pix e o comércio na rua 25 de Março, em São Paulo.

A apuração do governo americano não chega a mencionar diretamente o sistema de pagamentos desenvolvido pelo Banco Central e que se tornou rotineiro no País, mas fala que o Brasil "parece se envolver em uma série de práticas desleais no que diz respeito aos serviços de pagamento eletrônico, incluindo, mas não se limitando a, vantagens para os serviços de pagamento eletrônico desenvolvidos pelo governo".

Quanto à 25 de Março, diz a investigação, o Brasil "se envolve em uma série de atos, políticas e práticas que aparentemente negam a proteção e a aplicação adequadas e eficazes dos direitos de **propriedade intelectual**". "A área da rua 25 de Março permaneceu por décadas como um dos maiores merca-

Continuação: Governo brasileiro vai insistir no diálogo com os EUA após Trump anunciar tarifa de 15%

dos de produtos falsificados, apesar das operações policiais direcionadas a essa área", alega. sobre o etanol, por exemplo, são citados.

Outros pontos também são abordados na investigação, aberta pelo USTR nos termos da Seção 301, que faz parte da Lei de Comércio de 1974. O desmatamento ilegal no País e as tarifas praticadas

O caso Mounjaro e o interesse público



Câmara dos Deputados aprovou em regime de urgência um projeto que declara o medicamento Mounjaro como Opinião Licença compulsória e concorrência: caso Mounjaro e interesse público

Recentemente, a Câmara dos Deputados aprovou em regime de urgência um projeto de lei que declara o medicamento Mounjaro (e o Zepbound), à base de tirzepatida, como "de interesse público", abrindo caminho para uma eventual "quebra da patente" desses produtos no Brasil. Com isso, o projeto pode ser analisado diretamente em plenário, sem passar pelas comissões, acelerando a possibilidade de autorizar terceiros a produzir versões genéricas no país.

Reprodução

No Brasil, não existe um mecanismo legal formal chamado "quebra de patente" - essa expressão é usada popularmente para se referir ao que a lei chama de licenciamento compulsório ou suspensão temporária dos efeitos da patente em casos excepcionais como interesse público.

O licenciamento compulsório de patentes é um instituto previsto no artigo 71 da Lei da **Propriedade Industrial** (Lei nº 9.279/96) que permite ao governo autorizar terceiros a produzir, usar, vender ou importar um produto ou processo protegido por patente, sem autorização do titular, em situações específicas como interesse público relevante, emergência nacional, estado de calamidade pública ou outros casos similares definidos em lei e acordos in-

ternacionais.

A licença compulsória não extingue a patente nem retira permanentemente os direitos do titular; em vez disso, suspende a exclusividade de exploração por um período determinado e com remuneração de royalties ao detentor da patente. Ou seja, trata-se de uma licença forçada e remunerada para terceiros, não de uma revogação definitiva da patente.

Precedente

A concessão de licença compulsória já foi utilizada oficialmente apenas uma vez para "quebrar" a exclusividade de patente de um medicamento, e esse caso ocorreu no contexto do enfrentamento da epidemia de HIV/Aids. Em maio de 2007, o governo brasileiro emitiu uma licença compulsória para o antirretroviral Efavirenz, que era então protegido por patente da farmacêutica Merck Sharp & Dohme. A medida foi adotada por interesse público, após as negociações de preço entre o Estado e a detentora da patente não resultarem em condições consideradas aceitáveis para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Spacca

Com a licença compulsória, o Brasil autorizou a importação de versões genéricas do Efavirenz e passou a remunerar o titular da patente por isso - ou seja, mesmo nessa situação, a patente não foi extinta ou invalidada: o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** manteve a titularidade da patente, mas autorizou terceiros (ou o próprio Estado) a explorar a tecnologia mediante pagamento de royalties, nos termos legais previstos no artigo 71 da Lei de **Propriedade Industrial**.

Impacto da massificação



O Mounjaro, medicamento desenvolvido pela Eli Lilly, inicialmente aprovado para tratamento de diabetes tipo 2, ganhou enorme projeção pelo seu efeito significativo na redução de peso corporal. Seu mecanismo combina ação sobre os receptores de GLP-1 e GIP, hormônios intestinais ligados à regulação da glicemia, saciedade e metabolismo energético.

Sob a perspectiva concorrencial, o impacto do Mounjaro transcende o setor farmacêutico. A eventual massificação do uso de medicamentos que reduzem apetite e modulam comportamento alimentar pode alterar estruturalmente mercados correlatos.

No setor alimentício, pode haver retração de segmentos baseados em consumo calórico elevado, especialmente snacks, bebidas açucaradas e fast food. Isso pode gerar movimentos de adaptação estratégica, reformulação de produtos e até consolidação de mercado. Restaurantes também já começaram a ajustar seus cardápios aos novos hábitos do consumidor.

No mercado de bebidas alcoólicas, relatos clínicos indicam possível redução no desejo por álcool entre usuários de agonistas de GLP-1. Se confirmado em larga escala, isso pode impactar demanda e provocar reposicionamento competitivo, com fortalecimento de categorias premium ou zero álcool.

No setor de vestuário, especialmente no segmento plus size, a alteração acelerada de padrões corporais pode provocar mudanças na estrutura de oferta. Isso pode gerar tanto retração de nichos quanto surgimento de novos modelos de negócios baseados em adaptação corporal e personalização. Há ainda pos-

síveis reflexos concorrenciais na cadeia têxtil e no varejo, sobretudo se a mudança de comportamento ocorrer de forma ampla e contínua.

No mercado fitness, o impacto é ambivalente. O medicamento pode reduzir a percepção de necessidade de exercício físico para perda de peso, mas também pode impulsionar o interesse por saúde metabólica e pela longevidade. Academias, clínicas e plataformas de wellness podem integrar soluções médicas e programas físicos, criando modelos híbridos e eventualmente concentrando mercado.

Tributação e saúde

Do ponto de vista do Direito Concorrencial, é relevante observar se a detentora da patente adotará estratégias de exclusividade vertical, acordos de distribuição restritivos ou práticas que possam ser interpretadas como abuso de posição dominante, caso o produto consolide fatia significativa do mercado de tratamentos metabólicos. O Cade poderia ser instado a analisar práticas comerciais, especialmente se houver barreiras artificiais à entrada de biossimilares ou genéricos no futuro.

Há ainda uma dimensão macroeconômica: medicamentos que alteram padrões de consumo podem produzir externalidades relevantes sobre arrecadação tributária, políticas públicas de alimentação e até regulação de publicidade de alimentos. O Estado poderá ser chamado a reavaliar incentivos fiscais, rotulagem nutricional e estratégias de saúde preventiva.

Conclusão

Em síntese, o Mounjaro representa mais do que um avanço farmacológico. Ele inaugura um possível rearranjo concorrencial intersetorial, com efeitos indiretos sobre cadeias produtivas inteiras. O desafio regulatório será equilibrar três vetores: acesso à saúde, estímulo à inovação e preservação de um ambiente concorrencial saudável. A resposta jurídica exigirá coordenação entre autoridades sanitárias, órgãos de defesa da concorrência e formuladores de políticas públicas, sob pena de se gerar distorções econômicas relevantes em múltiplos mercados.

Frederica RichterÉ Advogada

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório INPI	1,2,8,9
Patentes	3,4
Pirataria	5
Propriedade Industrial	1,2,8,9
Propriedade Intelectual	3,4,5,6,7